

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zbro Hora

Class.: 297

Data: 14.08.92

Pg.: _____

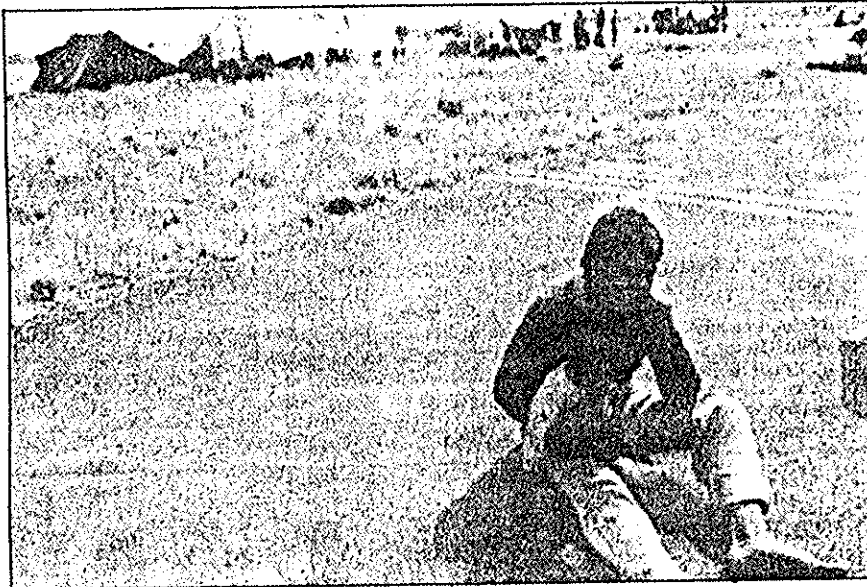
Índios temem confronto com colonos

□ A demarcação dos 275 hectares foi suspensa por 24 horas. Os caingangues esperam pela proteção da Polícia Federal

CLARINHA GLOCK

Iraí — A demarcação simbólica da área de 275 hectares reivindicada pelos caingangues de Iraí foi suspensa ontem. Os índios dizem que só vão prosseguir o trabalho de tiveram segurança porque temem um confronto com os colonos. Os índios, que ocuparam na terça-feira o aeroporto localizado nesta área, esperam para hoje a chegada de agentes da Polícia Federal. Enquanto isso, a Brigada Militar se comprometeu a manter uma ronda em torno da área ocupada.

Ontem, os caingangues decidiram passar um radiograma para a Fundação Nacional do Índio (Funai) dando um prazo de 24 horas para que a situação fique definida junto ao Ministério da Justiça e comece a demarcação do local, que vem sendo disputada na Justiça com a prefeitura há 10 anos. Os índios se apóiam na Portaria número 00247 do ministro Célio Borja, de 28 de março, que autorizou a Funai a demarcar a área.



Espera: caingangues ocupam a área de segurança do aeroporto e querem que a Funai defina o assentamento

Em Brasília, o consultor jurídico do Ministério da Justiça, Cláudio Fontelles, condenou a decisão dos índios caingangues de invadirem o aeroporto. "Eles optaram por uma forma antidemocrática de resolver o problema", afirmou Fontelles. O consultor desmentiu, no entanto,

que os efeitos da portaria tenham sido revogados ou suspensos. Segundo Fontelles, os trabalhos de reconhecimento da terra dos caingangues continua sendo feito pelos técnicos da Funai. "Só que este trabalho leva tempo", ressaltou.

Os caciques de outras reservas só

deverão se retirar do aeroporto, onde permanecem acampados, quando a área for demarcada e os possesores forem retirados, disse o vice-cacique Valdemar Tokfin. Se em 24 horas não vier nenhuma resposta, eles prometem colocar mais índios ali dentro.

COLONOS — O delegado da Funai em Passo Fundo, Irani Cunha, que deve viajar amanhã a Brasília, vai ao Incri exigir uma definição para os agricultores que ocupam as terras de Iraí reivindicadas pelos índios. "Só a demarcação pouco significa se não derem um destino digno aos colonos", argumentou. Cunha confirmou que os documentos entregues pela prefeitura para serem anexados ao laudo antropológico apresentado pela Fundação ao ministro Célio Borja já foram analisados e rebatidos pela antropóloga Isa Rogedo, em Brasília.

Até a tarde de ontem, o juiz federal Nylson Paim de Abreu, de Passo Fundo, não havia dado nenhum parecer sobre a medida liminar encaminhada pela prefeitura pedindo a retirada dos índios do aeroporto, para a manutenção do status quo da área. O delegado da Funai está certo de que o documento assinado pelo consultor jurídico do Ministério da Justiça, Cláudio Fontelles, que reitera que a demarcação não foi suspensa, e apenas garante o direito da prefeitura de se pronunciar sobre o assunto, vai convencer o juiz. Antes da decisão do juiz Abreu, no entanto, os índios já estão pressionando a Funai para que a assessoria jurídica da fundação fique atenta à possibilidade da prefeitura ganhar a liminar.

Livro de advogado é usado contra caingangues

Um dos documentos apresentados pela Prefeitura de Iraí ao ministro Célio Borja, em Brasília, para justificar a não demarcação das terras indígenas é o livro "Iraí, Ecologia e Índios", do advogado da prefeitura Fiorindo David Grassi. Lançado em maio deste ano, o livro faz um ataque direto à presença dos índios junto à Estância Hidromineral de Iraí. Lembra, entre outras coisas, que há um outro processo em julgamento há três anos na Justiça Federal de Passo Fundo, movido pela Sociedade dos Amigos da Flora e Fauna de Iraí, Associação Pró Rio do Mel, Associação Iraienise de Proteção ao Ambiente Natural e outras entidades ecológicas.

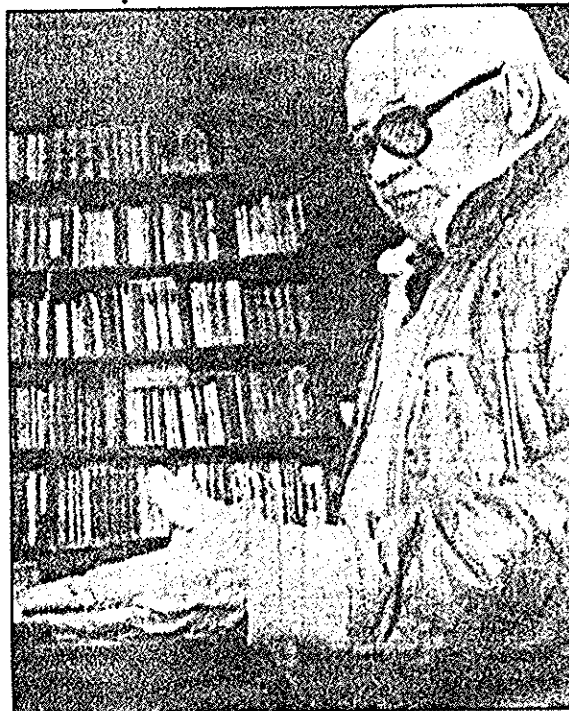
As entidades querem remover da Reserva Florestal Municipal de Iraí todos os ocupantes que prejudiquem o meio ambiente. Foram citados no processo Prefeitura de Iraí, a Funai, a União e o Estado do Rio Grande do Sul, além do Ministério da Aeronáutica, por causa do aeroporto asfaltado que ocupa cerca de 33 hectares da área.

DISCORDIA — Grassi lembra que a prefeitura cumpriu a sua parte não autorizando a construção de uma obra particular, nem de um depósito de lixo nas proximidades do balneário, como estava previsto, para

não poluir as fontes hidrominerais. Agora, resta a questão indígena. "Se a área ficar com eles, a Constituição permite o direito sobre o uso das fontes minerais e os índios vão querer cobrar uma porcentagem sobre isso", aposta Grassi.

Só que o balneário em 1991 deu prejuízos de Cr\$ 20 milhões, conforme o advogado. "Estão até com um movimento para privatizar o balneário, porque a fonte de renda aqui tem sido a agricultura. Com o turismo, só ganham quatro hotéis", arremata, para depois concluir: "Se os índios tivessem parte na renda do balneário seria uma eterna fonte de discórdia.

Os índios não querem destruir a mata, defendem-se as lideranças. "Nós abrimos mão das fontes minerais", avisa o cacique Jair Sales. Mas na área de um hectare onde moravam as 75 famílias, porém, não dá mais para ficar, porque é muito apertado e há sempre enchentes, lembra Sales. Foi esse um dos motivos que levaram os índios a exigir o direito sobre os 275 hectares. De qualquer forma, acrescenta, se a prefeitura fala tanto em ecologia, como ela deposita o lixo em cima da área junto à cabeceira da pista do aeroporto?, questiona o cacique.



História: Grassi diz que índios vão cobrar pelo uso das águas minerais

Vereador ganha caminhão e negocia saída

O aeroporto de Iraí continua fechado. A pista de pouso permaneceu ontem cheia de crianças, filhos de indígenas que aguardam impacientemente nas barracas uma solução para o impasse. Ontem à noite, num encontro com o prefeito Viana, o vereador indígena de Miraguá, Antonio Sales (PFL), que está em Iraí, pediu um caminhão ao prefeito para voltar a sua reserva em Guarita. Em troca, o prefeito pediu que o vereador negociasse com os índios a remoção do acampamento para fora da zona de segurança do aeroporto.

O prefeito espera hoje a chegada de um avião trazendo técnicos para vistoriar obras da cidade. Com o acampamento na pista, o pouso será impossível. O vereador indígena, que estava acompanhado do chefe do postô da Funai, Altair de Melo, recebeu a promessa de que teria o caminhão e disse que vai conversar com os demais caingangues para liberar a pista agora pela manhã.